



Maturidade psicológica e independência financeira: um estudo com adultos emergentes universitários

Psychological maturity and financial independence: A study with college emerging adults

Cláudia Andrade
Politécnico de Coimbra

Resumo

Nas últimas décadas assistiu-se a um conjunto de alterações sociais que exercem influência sobre os modos como a transição para a idade adulta é efetuada, bem como a importância que é dada aos critérios para que se seja considerado adulto. O presente estudo explora os critérios associados à representação de adulto, junto de uma amostra de adultos emergentes a frequentar o ensino superior. O estudo de natureza qualitativa foi efetuado com recurso à técnica dos grupos focais. Os resultados permitiram destacar a importância de dois critérios, um dos critérios de natureza psicológica (maturidade psicológica) e um de caráter instrumental (independência financeira) como sendo os marcadores que aparecem associados à representação do estatuto social de adulto. Outros critérios como competências familiares, transições normativas, adesão às normas e parâmetros biológicas, legais e a acontecimentos sociais, como casar, por exemplo, são, de uma forma geral, percecionados como pouco relevantes na definição da idade adulta. Os resultados são discutidos e analisados no quadro da adultez emergente em estudantes do ensino superior.

Palavras chave: ensino superior, jovens, autonomia, independência

Abstract

In recent decades there has been a series of social changes that influence the ways in which the transition to adulthood is made, and the importance that is given to criteria to be considered an adult. This study explores the criteria associated with adulthood representation, with a sample of emerging adults enrolled in higher education. The qualitative study was performed using the technique of focus groups. The results highlight the importance of two criteria: a psychological criterion (psychological maturity) and an instrumental criterion (financial independence) as the markers that appear associated with the representation of adult status. Other criteria, such as family responsibilities, normative transitions, adherence to standards, biological parameters, legal and social events such as marriage, for example, are, in general, of little relevance in the definition of adulthood. The results are discussed and analyzed in the context of emerging adulthood in higher education students.

Keywords: higher education, youth, autonomy, independence

Nas últimas duas décadas alterações na vida social e económica do país permitiram uma aproximação da sociedade portuguesa aos padrões europeus ao nível da

educação no ensino superior (Amorim, Azevedo, & Coimbra, 2010). Estas transformações revelam-se, por exemplo, na crescente valorização da formação académica

de nível superior, por parte dos jovens e das suas famílias, sendo cada mais diversificado o tipo de formações disponíveis (por exemplo, 1º, 2º e 3º ciclos, pós-graduações, cursos breves, entre outros) e opções profissionais às quais apenas se tem acesso após a obtenção de um diploma universitário (Almeida, Marinho-Araújo, Amaral, & Dias, 2012; Andrade, 2010; Barbeira, 2015; Guerreiro & Abrantes, 2007). A vivência no ensino superior é para muitos jovens, uma etapa de transformação das atitudes em relação aos futuros papéis de adulto (por exemplo, profissional, familiar, de cidadão, entre outros), sendo um período de ensaios de estilos de vida que deverá proporcionando-lhe uma abertura de perspetivas face aos mesmos (Andrade, 2006; Gómez-Juncal, Dopico, García, & Varela, 2015; Ferreira, Almeida, & Soares, 2001; Santos, Ferreira, & Gonçalves, 2014). Deste modo, a frequência do ensino superior acaba por ser uma etapa do ciclo de vida que corresponde, em termos desenvolvimentais, à passagem da adolescência para a idade adulta, onde ocorrem transições traduzidas no desenvolvimento, realização e consolidação da identidade pessoal e social do sujeito (Almeida, Santos, Dias, Botelho, & Ramalho, 1998; Almeida, Soares, & Freitas, 2004), que culminarão com a aquisição do estatuto social de adulto (Andrade, 2006; Dias & Sá, 2011). Este último é sustentado pelo alcance de uma posição social decorrente do desempenho de papéis profissionais e familiares que, simultaneamente, assinalam o final da juventude e caracterizam a idade adulta. Estas transições implicam um conjunto de alterações, tanto ao nível psicológico como social. A conclusão da formação académica e o início do desempenho de papéis profissionais e familiares próprios, de uma atividade profissional que permita uma vida autónoma do ponto de vista económico-social e o envolvimento na criação de uma ligação afectiva sólida, com possibilidade de vir a gerar descendência, são indicadores tradicionalmente referenciados para a legitimação social do papel de adulto (Arnett, 2006; Arnett, 2007; Guerreiro & Abrantes, 2004).

A adulez emergente

Numa tentativa de especificação desta etapa do ciclo vital, que se situa entre o final da adolescência e o início da idade adulta, surge, com alguma frequência, na literatura psicológica, a designação de adolescência prolongada e/ou tardia (Erikson, 1976; Levinson, 1986). A adolescência implica reportarmo-nos a um período desenvolvimental onde ocorrem mudanças tanto ao nível físico, como ao nível psicológico. Do ponto de vista do estatuto social, os adolescentes, na maioria dos casos, encontram-se a frequentar o sistema de ensino secundário e residem com os seus pais, de quem são dependentes do ponto de vista instrumental (dependência económica e social) e afetivo (mantêm relações de grande proximidade afetiva com os progenitores). Aliando os aspectos de natureza desenvolvimental aos aspetos de natureza social será, na

opinião de Arnett (2000), pouco adequado designar de adolescentes tardios aos jovens a frequentar o ensino superior na medida em que estes se encontram numa fase distinta da adolescência. Na maioria dos casos, estes jovens são responsáveis pelas suas opções e decisões, tanto no domínio das relações afetivas como no domínio da educação e das escolhas profissionais (Andrade, 2010; Arnett, 2006; Arnett, 2007; Brandão, Saraiva, & Matos, 2012). Ainda do ponto de vista da autonomia, muitos destes jovens já não residem com a família de origem (por exemplo, porque estão a estudar numa localidade diferente da residência dos pais) ou, quando o fazem, mantêm um estilo de vida independente (Andrade, 2010; Arnett, 2006; Arnett, 2007). Por último, do ponto de vista social, existem diferenças marcantes entre os adolescentes e estes jovens, como, por exemplo, a possibilidade de tirar a carta de condução ou mesmo de votar, para referir algumas que são tarefas socialmente construídas como indicadores do estatuto adulto (Arnett, 2006; Arnett, 2007). Com base nestes argumentos, parece inadequado tratar estes jovens como adolescentes tardios, visto que estão, em termos do desenvolvimento psicológico e do estatuto social, numa etapa distinta da adolescência (Arnett, 2000; Arnett, 2006; Arnett, 2007).

Para caracterizar este período de desenvolvimento, Arnett (2000) propôs a designação “adulez emergente”. Esta designação é proposta para os jovens que se situam entre os 18 e os 24 anos (embora este critério etário possa ser variável, o que corresponderia a um período desenvolvimental com características próprias do ponto de vista psicossocial) (Arnett, 2000). Deste modo, a designação incorpora aspetos de natureza social, que se repercutem diretamente ao nível do desenvolvimento psicológico. A primeira característica da adulez emergente diz respeito ao facto de ser uma fase de exploração ao nível da identidade, onde se ensaiam opções, nomeadamente em relação aos domínios familiar e profissional. Para o domínio profissional, as crescentes exigências do mundo laboral implicam não só uma maior necessidade de investimento ao nível da formação, como são acompanhadas por períodos de trabalho em tempo parcial (trabalho e estudo), habitualmente em áreas diversificadas. Esta etapa de vida foi designada por Arnett (2000, 2006) de “idade da instabilidade”, pois as explorações na adulez emergente fazem com que este período seja dedicado à construção de um projeto de vida adulta. Na realidade, se este projeto acaba por se definir, na maioria dos casos, ainda está sujeito a múltiplas revisões, que se traduzem em alterações nas áreas de estudo ou no abandono temporário dos estudos, bem como no ingresso no mercado de trabalho, com alterações de atividade profissional, ou mesmo no retorno ao sistema educativo. Também no campo das relações afetivas podem surgir compromissos mais ou menos duradouros, com períodos de emancipação residencial relativa à família de origem, que nem sempre se

estabilizam, podendo haver um regresso a casa dos pais. Em qualquer dos casos anteriormente apresentados estamos perante uma etapa clara de exploração, relativa aos papéis conjugais, familiares e profissionais e, como salienta Arnett (2000), exploração e instabilidade são dois aspetos que estão intimamente a ele associados. A adulez emergente é também classificada como uma idade de “auto-centração” (Arnett, 2000; Arnett, 2006). Se bem que tanto a infância como a adolescência também apresentem esta característica, a verdade é que nestes períodos existe sempre o espectro da vigilância parental, familiar ou mesmo institucional, por parte da escola, por exemplo. Na adulez emergente este controlo dissipa-se, sendo as opções mais dependentes de uma decisão individual e com consequências para o próprio, como, por exemplo, será “devo estudar e trabalhar?” ou “deveria deixar a casa dos meus pais e ir viver com colegas?” ou “vou trabalhar para fazer umas férias?”. Estas e outras questões, que se colocam na adulez emergente, fazem com que o jovem se torne mais centrado em si próprio. Esta auto-centração não deve ser entendida só como um período de insegurança e incerteza, na medida em que, embora isto possa acontecer em alguns casos, na maioria das vezes implica que o jovem efetue reflexões aprofundadas sobre as diferentes opções e as siga de modo autónomo (Arnett, 2006; Arnett, 2007; Arnett, Ramos, & Jensen, 2001). Esta reflexão é mesmo um pressuposto para o desenvolvimento da autonomia que caracteriza a idade adulta. Destaca-se ainda, na adulez emergente, o sentimento de estar parcialmente na adolescência e parcialmente na idade adulta. Cerca de 60% dos adultos emergentes no estudo de Arnett (2000) indicaram, como principais critérios para se considerarem adultos, serem responsáveis pelos seus atos, serem capazes de tomar decisões de forma autónoma e serem economicamente independentes. Dentro destes critérios, o último é aquele que é assinalado como o principal responsável por não se sentirem completamente adultos. Para o contexto nacional o estudo de Mendonça, Andrade e Fontaine (2009) encontrou dados nesta mesma linha, ou seja, dos 224 estudantes universitários que participaram no estudo, quando inquiridos sobre em que medida se sentiam adultos, 48% dos estudantes da amostra responde “sim e não”, 38% responde “sim” e 12 % responde “não”. Os resultados apontam para o facto da maior parte dos estudantes não se considerar totalmente adulto e a maioria parece colocar-se numa posição intermédia, considerando que, em certos aspetos, já atingiram a idade adulta, mas noutros não. Os resultados apontam, assim, para a presença de um sentimento de ambivalência em relação à sua perceção de si como adulto, característico da adulez emergente.

É também importante destacar que para Arnett (2000) a adulez emergente corresponde a um período onde as expectativas em relação à vida adulta são elevadas e positivas. Isto compreende-se pelo facto de estes jovens ainda não se terem confrontado, na maioria dos casos, com dificuldades ou responsabilidades que implicassem

restrições dos possíveis desejos e uma visão menos otimista do futuro, sendo uma etapa que se caracteriza por uma imagem idealizada do futuro e onde se acredita que várias possibilidades de sucesso estão em aberto. Contudo, de acordo com Tanner (2006), podem ser identificados estádios desenvolvimentais na adulez emergente. Assim, existe um estádio em que os adultos emergentes estão a investir na sua formação académica onde existem explorações frequentes no domínio afetivo e profissional. Nesta etapa, questionam-se se devem tomar decisões, de acordo com as diretivas dos seus pais, dado que, nesta fase, o seu apoio financeiro e residencial é necessário, o que poderá fomentar a tendência para respeitarem as diretrizes parentais. Também as escolhas e os compromissos que efetuam têm dois tipos de efeitos: estão a dar-se os primeiros passos para futuros compromissos mais duradouros, que caracterizam a idade adulta e, por outro lado, estão a estabelecer-se fronteiras mais claras e definitivas em relação aos pais. Na etapa seguinte, a aproximação ao estatuto de adulto torna-se mais clara: surgem os compromissos, nomeadamente no domínio profissional (Tanner, 2006). Os efeitos da entrada num dos papéis de adulto fazem-se sentir ao nível de uma identidade construída, que vai progressivamente substituir a identidade de moratória da etapa anterior da adulez emergente. Por outro lado, o envolvimento com as escolhas e os compromissos vai sendo crescente, dando lugar ao exercício dos papéis de adulto, assim como à criação da independência emocional e residencial em relação aos pais. Contudo, este período de vivência sem grandes compromissos é visto pelos jovens, de ambos os sexos, como um período transitório, que é seguido por uma certa estabilização nos padrões de vida mais convencionais (Andrade, 2006; Andrade, 2010; Brandão, Saraiva, & Matos, 2012). Apesar destas características poderem ser encontradas em qualquer jovem que se situe no contexto de transição para a idade adulta, o conceito de “adulez emergente” reporta-se, na maioria dos casos, a uma “classe” de jovens urbanos, de classe média e a frequentar ou que frequentaram o ensino superior (Andrade, 2013; Arnett, 2000; Arnett, 2007).

Representações da idade adulta em adultos emergentes

No contexto social atual, a autonomia e a liberdade associadas ao período de transição para a idade adulta podem influenciar o modo como estes jovens representam e antecipam o que é ser adulto. Assim, as representações do papel de adulto adquirem hoje uma configuração própria, não isenta de aspetos negativos, sobretudo quando comparada com a tradicional representação do estado adulto que apontava para uma estabilidade pessoal, familiar e profissional (Andrade, 2006; Andrade, 2010; Andrade, 2013; Mendonça, Andrade, & Fontaine, 2009; Sousa, 2007). Um estudo realizado por Nilsen (1998), onde se analisaram as atitudes e representações dos jovens sobre o

que significa ser adulto, identificou, como aspetos menos agradáveis da vida adulta, as obrigações familiares e profissionais e a monotonia daí decorrente. As circunstâncias que caracterizam esta monotonia variam desde ficar em casa a tempo inteiro com os filhos pequenos, até ao facto de estarem sempre no mesmo emprego. Como aspetos mais positivos do papel de adulto, estes jovens referiram, acima de tudo, atividades que são essencialmente características da fase de transição para a idade adulta, como, por exemplo, conhecer novas pessoas, viajar, encontrar ocupações, com a condição de poder abandoná-las logo que se “tornem aborrecidas” ou quando aparece algo mais interessante, prosseguir os estudos em domínios interessantes e desafiantes, mesmo que não conduzam a um trabalho bem remunerado, ter um emprego onde se aprendam coisas novas e se enfrentem novas situações, seguindo sempre, em qualquer dos casos, os próprios desejos e aspirações. Para além destes aspetos, estes jovens destacaram ainda que a noção de “assentar na vida” é frequentemente associada à constituição de família com filhos, o que implica um emprego permanente para assegurar um rendimento fixo e, portanto, garantir a independência económica da família. Embora nenhum dos jovens desejasse o mesmo estilo de vida da geração anterior, ou seja, da geração dos seus pais, muitos pensam que, de algum modo, podem vir a acabar numa situação algo semelhante (Nilsen, 1998). Como consequência indireta destas representações, destaca-se a coexistência de expectativas elevadas e de representações negativas, em relação ao papel de adulto. Todavia, se as representações da vida adulta continuam associadas a um emprego estável e a um aumento crescente do nível de vida, este critério não foi considerado determinante para se ser adulto no caso dos adultos emergentes portugueses como revelou o estudo de Mendonça, Andrade e Fontaine (2009). Já a parentalidade é considerada como um fator decisivo para se ser considerado adulto. Os jovens, independentemente da idade e do género, assumem que ser pai ou mãe implica ter uma responsabilidade sobre outra pessoa e sobre si próprio, o que é característica da idade adulta (Greene & Wheatley, 1992; Nilsen, 1998). Contudo, apesar da ênfase mais recente atribuída ao papel parental, os outros papéis de trabalhador e esposo(a) promovem também o acesso a uma identidade social normativa sobre o que significa ser adulto (Greene & Wheatley, 1992; Nilsen, 1998). O estudo de Reitzle (2006) sobre o significado da vida adulta indicou que os jovens adultos distinguem categorias fundamentais para se analisar o significado de ser adulto: ao nível das relações familiares e com os amigos; do trabalho através do envolvimento na formação ou profissão; do bem-estar pessoal, associado a uma orientação individualista, com a procura hedónica do prazer e a manutenção da saúde (física e/ou mental); e da auto-realização, através da concretização

de objetivos e do consequente desenvolvimento das competências psicológicas. Apesar disto, na atualidade, as menores exigências de responsabilidade associada à assunção destes papéis dominam a vida de muitos jovens, pelo que estes se encontram numa situação de “semi-adultos” onde se perspetiva uma entrada na idade adulta progressiva, sem a pressão do compromisso com os tradicionais papéis de adulto nos domínios do trabalho e da família (Mendonça, Andrade, & Fontaine, 2009; Reitzle, 2006; Sousa, 2007).

Com efeito, e de um modo consensual, os estudos têm identificado características pessoais como sendo prioritárias para se ser considerado adulto, das quais se destacam ser responsável, ser capaz de tomar decisões e ser capaz de se sustentar a si próprio financeiramente (Greene & Wheatley, 1992; Facio & Micocci, 2003; Mendonça, Andrade, & Fontaine, 2009). De facto, tais estudos apontam para a importância da perceção de “auto-suficiência”, do ponto de vista psicológico e instrumental, como característica fundamental da idade adulta (Gordon, Holland, Lahelma, & Thompson, 2005; Hendry & Kloep, 2012; Greene & Wheatley, 1992; Mendonça, Andrade, & Fontaine, 2009). A importância desta auto-suficiência tem sido observada em estudos efetuados em diversas culturas. Jovens universitários argentinos consideram que ser capaz de formar e sustentar uma família é o critério mais importante para que se seja considerado adulto, havendo diferenças de género, já que as raparigas valorizam mais este aspeto do que os rapazes (Facio & Micocci, 2003). Do mesmo modo, Maysless e Scharf (2003), a partir de um estudo conduzido em Israel, consideraram que a responsabilidade sobre os seus próprios atos, a capacidade de decidir sobre as suas próprias crenças, o estabelecimento de uma relação igualitária com os pais são critérios mais importantes para se ser considerado adulto. Neste caso, verifica-se que o ser capaz de renegociar e reconstruir um relacionamento entre pais e filhos é um indicador de maturidade psicológica, que se reporta à conquista da autonomia. É de salientar, no entanto, que o “ser adulto” é algo de dinâmico que não corresponde a um estatuto estável (Brandão, Saraiva, & Matos, 2012; Mendonça, Andrade, & Fontaine, 2009; Reitzle, 2006). Mesmo os jovens que se consideram adultos continuam a achar que ainda não o são na sua plenitude, e que isto nem sempre depende de uma escolha pessoal, mas pode ser fruto de constrangimentos sociais. A posição dos jovens é marcada pela ambiguidade e pela ambivalência. Por um lado, os jovens assumem, facilmente, uma imagem idealizada da vida adulta, que passa por representações positivas da mesma. O estudo de Arnett (2001) constatou, com base num inquérito nacional para os Estados Unidos, que 96% dos jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos afirmam que a vida adulta lhes iria proporcionar a possibilidade de “virem a obter aquilo que

sonharam para as suas vidas”. Por outro lado, não parecem querer entrar rapidamente e totalmente na idade adulta, se as circunstâncias o permitirem e não se vêem a si próprios para já como adultos. Nesta linha, o estudo de Reitzle (2006), por exemplo, revelou que muitos jovens não se percebem a si mesmos nem, como adolescentes tardios, nem como jovens adultos, mas sim como estando numa fase situada entre estas duas categorias. A autora concluiu que a percepção subjetiva de ser adulto só estava associada aos papéis normativos de adulto para os jovens de classe baixa e pouco escolarizados. Para os restantes, as restrições no acesso ao emprego e a uma vida independente, bem como a instabilidade das relações afetivas fazem com que vivam o presente numa perspetiva de “hedonismo dos tempos modernos”, onde os papéis de adulto não têm um significado muito importante. Para o contexto nacional, e no que se refere especificamente às transições para os papéis de adulto efetuam-se em dois tempos: um primeiro período, caracterizado pela liberdade, pelas experiências e pela ausência de compromissos; um segundo período, caracterizado pela responsabilidade, estabilidade e compromissos (Andrade, 2009; Andrade, 2010a; Andrade, 2013; Guerreiro & Abrantes, 2007). A vivência de uma transição para a idade adulta “livre” contrasta com as atitudes relativas à vida adulta considerada rotineira, aborrecida e desinteressante (Guerreiro & Abrantes, 2004; Sousa, 2007).

Globalmente, os estudos apresentados levam-nos a assumir que a representação partilhada pelos jovens sobre o que significa ser adulto, bem como os seus marcadores, está impregnada de alguma ambiguidade. Parece, assim, que alterações no processo de transição para a idade adulta, decorrentes de mudanças sociais mais globais em confronto com os valores culturais dominantes, são responsáveis por novos modos de definir o que significa ser adulto. Pelo exposto os jovens portugueses a frequentar o ensino superior parecem reunir um conjunto de características que se inscrevem no quadro da adultez emergente. Tendo em conta percursos de transição marcados pela instabilidade e pela dificuldade em aceder a experiências que, tradicionalmente, marcavam a entrada na idade adulta, o objetivo deste estudo é perceber como é que os adultos emergentes a frequentar o ensino superior concetualizam a idade adulta e as suas características.

Método

Participantes

Neste estudo estiveram envolvidos dois grupos de adultos emergentes a frequentar o 1º ano do ensino superior numa licenciatura no domínio das ciências sociais (n=6, para cada grupo, sendo cada grupo constituído por 3 rapazes e 3 raparigas). Os estudantes foram contactados diretamente pela investigadora sendo solicitada a sua participação voluntária no estudo, após as aulas. Foram

especificados quer os objetivos da investigação, quer as condições de participação. Ser apenas estudante, isto é, não ter uma atividade profissional durante o ano letivo, estar pela primeira vez inscrito no ensino superior, ser solteiro e ter idade inferior a 29 anos foram critérios de participação no estudo. Os grupos foram também equilibrados do ponto de vista do género, sendo cada grupo constituído por 3 estudantes do sexo feminino e três estudantes do sexo masculino. A amostra total para o estudo é assim composta por 12 participantes com idades compreendidas entre os 17 e os 22 anos de idade, com uma média de 19 anos. Relativamente à residência todos afirmam residir habitualmente em casa dos pais, contudo quatro estudantes afirmam residir com colegas, durante o período de aulas. Todos afirmaram ser economicamente dependentes da família e dois estudantes recebem, também, o apoio económico através de uma bolsa de estudos.

Procedimento

Foram formuladas duas questões que serviram de orientação para recolha de informação nos grupos focais. O grupo focal é um grupo de discussão centrado num tema que envolve uma discussão e que utiliza respostas simultâneas no sentido de obter informação sobre determinado assunto (“foco”). O objetivo é conhecer as opiniões, valores, discurso e compreensão dos participantes sobre o assunto da investigação, partindo do princípio que toda a informação dada pelos participantes é válida. Foi então solicitado aos participantes que indicassem consideravam como critérios que devem ser usados para que se seja considerado como adulto. Depois de solicitada a respetiva autorização, o conteúdo foi gravado para facilitar a posterior categorização da informação recolhida. Os dados provenientes dos grupos focais foram alvo de uma análise de conteúdo: definição de categorias, codificação e registo da frequência com que cada categoria ocorreu. Este trabalho foi efetuado por duas assistentes de investigação sendo depois submetido a três juízes. Dado o carácter exploratório deste trabalho e para facilitar a tarefa de categorização da informação recolhida fez-se recurso das dimensões temáticas encontradas no estudo de Mendonça, Andrade e Fontaine (2009) que, na adaptação de um instrumento relativo aos critérios para a aquisição do estatuto de adulto desenvolvimento originalmente por Arnett (2001) encontraram, para a amostra portuguesa, cinco dimensões relativas marcadores de transição para a idade adulta, nomeadamente, competências familiares, transições normativas, adesão às normas, independência financeira e maturidade emocional. A partir do discurso dos participantes foram também registados exemplos ilustrativos das categorias pré-estabelecidas.

Resultados e Discussão

A categorização dos temas abordados pelos participantes permitiu identificar informação relevante para cada uma das categorias previamente definidas: maturidade

emocional e independência financeira. Estas categorias foram invocadas com maior frequência merecendo, assim, um destaque como sendo categorias principais. Deste modo, a para facilitar a leitura dos resultados, apresentamos passagens ilustrativas organizadas de acordo com a importância das mesmas.

Apesar da transição para a idade adulta, bem como a sua caracterização e os seus marcadores terem sofrido alterações por força de transformações nos contextos sociais, verifica-se que os marcadores que, classicamente assinalavam a entrada na idade adulta, tendem a perder a sua importância, a favor de outros marcadores que se aproximam mais de dimensões psicossociais, nem sempre relacionadas com o exercício de papéis de adulto (Andrade, 2010a; Andrade, 2010b). Um desses marcadores parece ser a maturidade emocional. Tal como foi identificado por vários estudos (Andrade, 2006; Arnett, 1998; Mendonça, Andrade, & Fontaine, 2009), os adultos emergentes neste estudo consideram que a representação de ser adulto e as suas manifestações se associam à maturidade psicológica. Nesta dimensão são salientados aspetos que se referem à capacidade do indivíduo para ser independente, do ponto de vista psicológico e instrumental.

“Ser adulto é ser capaz de pensar e agir sem precisar de ouvir a opinião dos outros. É usar as capacidades que temos para nos organizarmos face ao futuro, sem estar sempre a pedir conselhos aos pais e amigos. É ser capaz de tomar decisões sozinho” (A., sexo masculino, 18 anos).

“O adulto caracteriza-se pela sua maturidade, ou seja, ser independente para gerir a sua vida e ser capaz de enfrentar as adversidades sempre com espírito positivo. O que é mais importante é ter estabilidade emocional e pensar pela própria cabeça” (G., sexo masculino, 17 anos).

“Ter coragem para lutar pelos objetivos de vida sem esperar o apoio dos outros. Ser auto-suficiente em termos emocionais: ser capaz de gerir as emoções e de as controlar, agir com responsabilidade” (D, sexo feminino, 20 anos).

Destaca-se, também, o fato dos marcadores que evidenciam aspetos associados à independência financeira serem percecionados como relevantes pelos adultos emergentes, para se adquirir o estatuto de adulto. Estes resultados estão de acordo com o que foi obtido por outros estudos, noutros contextos culturais (Arnett, 2000; Greene & Wheatley, 1992; Facio & Micocci, 2003). A realidade dos adultos emergentes que participaram neste estudo, tal como a maior parte dos estudantes portugueses a frequentar o ensino superior, dependem do apoio económico dado pelos pais ou outros familiares (Andrade, 2006; Andrade, 2010; Guerreiro & Abrantes, 2007). Tal situação poderá contribuir para tornar este critério particularmente saliente no modo como estes adultos emergentes perspetivam a importância da independência financeira enquanto critério

fundamental para futuras transições e a experimentação de futuros papéis de adulto.

“Nos dias de hoje sem ter pelo menos uma fonte de subsistência não dá para ser visto como adulto. É-se sempre olhado de lado, quase como se fosse adolescente, independentemente da idade. O que interessa mesmo é ser capaz de pagar as contas sem estar sempre a pedir dinheiro aos pais”. (F., sexo feminino, 19 anos).

“Ter trabalho que permita uma vida autónoma do ponto de vista financeiro. E mesmo com trabalho este muitas vezes não dá para ser independente. Mas sem dinheiro não se conseguirá nunca ser alguém logo não se é visto como um adulto” (C., sexo feminino, 20 anos).

“Os recursos económicos são fundamentais para fazer uma vida independente. Sem dinheiro nunca se consegue sair do controlo dos pais, por mais responsável que se seja. É sempre preciso prestar contas de tudo. Para mim, é isso mesmo: ter dinheiro para ser independente e não que se justificar. Aí é que se começa a perceber o que é a vida. E, aos olhos dos outros, também se passa a ser encarado de outra forma: como um adulto” (S, sexo masculino, 22 anos).

No que diz respeito às restantes categorias, competências familiares, transições normativas e adesão às normas e parâmetros biológicas, legais e a acontecimentos sociais, como casar, por exemplo, são, de uma forma geral, percecionados como pouco relevantes na definição da idade adulta. Estes resultados são convergentes com os resultados obtidos por Mendonça, Andrade e Fontaine (2009) onde a importância destas dimensões, enquanto marcadores de transição para a idade adulta, acolherem pouca aceitação. Parece, deste modo, haver uma visão comum no que se refere à representação da idade adulta, em países ocidentais e industrializados. Na verdade a presença de uma sociedade mais exigente e competitiva encontra-se associado a inserções laborais difíceis e instáveis e, conseqüentemente, a uma dependência mais prolongada, em termos temporais, da família de origem. Deste modo, é provável que haja uma maior valorização de aspetos que se centrem na questão da autonomia, responsabilidade pessoal e independência financeira como marcadores associados ao conceito de “ser adulto” em deferimento dos marcadores mais tradicionais como, por exemplo, ter uma profissão, uma carreira ou mesmo ser pai ou mãe. Em suma, parece que o modo como, tradicionalmente, se tende a definir a idade adulta, partindo de critérios demográficos e sociais, pode não corresponder à perceção de adulez da maioria dos adultos emergentes da amostra. Estas representações e critérios poderão ser, por um lado, influenciados pelas dificuldades que os jovens sentem atualmente para efetuarem as transições que, tradicionalmente, marcavam a entrada para a idade adulta,

valorizando assim, aspetos de carácter individual e psicológico. Por outro lado, poderão, também, ser o reflexo de mudanças nos valores e nas representações referentes a esta fase da vida.

Conclusões

Em suma, apesar do papel relevante das transformações sociais atuais nos contornos do processo de transição para a idade adulta, os critérios de natureza psicológica e como tal individual assumem destaque como marcadores da representação de adulto junto dos estudantes a frequentar o ensino superior. Esta representação parece estar, assim, em consonância com uma sociedade pautada por novos valores menos consensuais e que surge como menos previsível e mais incerta.

Apesar da importância que os resultados que este estudo permitiu evidenciar, algumas limitações devem ser referidas. É importante salientar que, na sociedade portuguesa, o estatuto de estudante a tempo inteiro é dominante, sendo tal situação apenas possível graças ao apoio instrumental dado pelas famílias durante a frequência do ensino superior. Ora, a manutenção da residência conjunta com os progenitores durante este período pode fomentar uma extensão do comportamento protetor dos pais em relação aos filhos (Andrade, 2010; Mendonça, Andrade, & Fontaine, 2009). Este poderá traduzir-se na manutenção de regras de convivência familiar e pela exigência de sucesso escolar, elementos suscetíveis de prolongar o tipo de relação estabelecida na adolescência o que implica que a valorização da maturidade psicológica e da independência financeira possam estar muito valorizadas para este grupo de adultos emergentes. Deste modo, estudos futuros com grupos de adultos emergentes que frequentam o ensino superior, mas que apresentam características mais diversificadas (por exemplo, que vivam de forma independente em relação à família de origem, que tenham uma atividade profissional, que ingressem no ensino superior depois de um período de trabalho ou até que sejam pais) ou que frequentem o 2º ou 2º ciclos de formação no ensino superior poderá contribuir para uma compreensão mais abrangente e completa da importância dos critérios de natureza psicológica e individual que estão associados à representação de adulto. Também estudos com adultos emergentes que não estejam a frequentar o ensino superior podem contribuir para um conhecimento mais alargado da importância dos critérios para se ser adulto num quadro de maior variação social e cultural favorecendo o conhecimento desta realidade para o contexto nacional de forma mais aprofundada.

Referências

- Almeida, L. S., Santos, A. C., Dias, P. B., Botelho, S. G., & Ramalho, V. M. (1998). Dificuldades de adaptação e de realização académica no Ensino Superior: Análise de acordo com as escolhas vocacionais e o ano de curso. *Revista Galego-Portuguesa de Psicologia e Educación*, 2(2), 41-48.
- Almeida, L. S., Soares, A. P., & Freitas, A. C. (2004). Integración y adaptación académica en la universidad: Estudio considerando la titulación y el sexo. *Revista Galego-Portuguesa de Psicopedagogía e Educación*, 8 (II), 169-182.
- Almeida, L., Marinho-Araújo, C., Amaral, A., & Dias, D. (2012). Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: Uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 17(3), 899-920. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772012000300014>
- Amorim, J. P., Azevedo, J., & Coimbra, J. L. (2010). On the opening of higher education institutions to new publics: the Portuguese case. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 9, 83-103.
- Andrade, C. (2006). Antecipação da conciliação dos papéis familiares e profissionais na transição para a idade adulta: Estudo diferencial e intergeracional. Dissertação de Doutoramento não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
- Andrade, C. (2010). Transição para a Idade Adulta: das Condições Sociais às Implicações Psicológicas. *Análise Psicológica*, VIII (2), 255-267.
- Andrade, C. (2013). *Relações trabalho-família e género: Caminhos para a conciliação*. Lisboa: Editora Coisas de Ler.
- Arnett, J. J., Ramos, K. D., & Jensen, A. (2001). Ideological views in emerging adulthood: Balancing autonomy and community. *Journal of Adult Development*, 8, 69-79. <http://dx.doi.org/10.1023/A:1026460917338>
- Arnett, J. (2000) Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55, 469-480. <http://dx.doi.org/10.1037/0003-066X.55.5.469>
- Arnett, J. (2001) Conceptions of the transition to adulthood: Perspectives from adolescence through midlife. *Journal of Adult Development*, 8, 133-143. <http://dx.doi.org/10.1023/A:1026450103225>
- Arnett, J. J. (2006). Emerging adulthood: Understanding the new way of coming of age. In J. J. Arnett & J. L. Tanner (Eds.), *Emerging adults in America: Coming of age in the 21st century* (pp. 3-19). Washington, DC: American Psychological Association.
- Arnett, J. J. (2007). Emerging adulthood: What is it, and what is it good for? *Child Development Perspectives*, 1(2), 68-73. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1750-8606.2007.00016.x>
- Barbeira, J. (2015). Universidad y diversidad funcional: Aproximación a la inclusión en el ámbito universitario. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología e Educación*, 8, A8-034. <http://dx.doi.org/10.17979/reipe.2015.0.08.218>

- Brandão, T., Saraiva, L., e Matos, P. M. (2012). O prolongamento da transição para a idade adulta e o conceito de adultez emergente: Especificidades do contexto português e brasileiro. *Análise Psicológica*, 15(3), 301-313.
- Dias, D., & Sá, M. J. (2011). Do ensino secundário para o superior: O impacto emocional da transição. *Revista Galego-Portuguesa de Psicologia e Educacion*, 19(2), 35-48.
- Erikson, E. H. (1976). *Identidade: Juventude e crise* (2ª ed., trad. A. Cabral). Rio de Janeiro, Brasil: Zahar Editores.
- Facio, A., & Micocci, F. (2003). Emerging adulthood in Argentina. *New Directions for Child & Adolescent Development*, 203, 21-32. <http://dx.doi.org/10.1002/cd.72>
- Ferreira, J. A., Almeida, L. S., & Soares, A. P. (2001). Adaptação académica em estudante do 1º ano: Diferenças de género, situação de estudante e curso. *PsicoUSF*, 6 (1), 1-10.
- Gómez-Juncal, R., Dopico, D., García, S., & Varela, C. (2015). Integración de los graduados universitarios en el mercado profesional. Formación en competencias horizontales. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología e Educación*, 7, A7-005. <http://dx.doi.org/10.17979/reipe.2015.0.07.164>
- Gordon, T., Holland, J., Lahelma, E., & Thomson, R. (2005). Imagining gendered adulthood: anxiety, ambivalence, avoidance and anticipation. *European Journal of Women's Studies*, 12, 83-103. <http://dx.doi.org/10.1177/1350506805048857>
- Greene, A. L., & Wheatley, S. M. (1992). "I've got a lot to do and I don't think I'll have the time": Gender differences in late adolescents' narratives of the future. *Journal of Youth and Adolescence*, 21, 667-686. <http://dx.doi.org/10.1007/BF01538738>
- Guerreiro, M., & Abrantes, P. (2004). Moving into adulthood in southern European country: Transitions in Portugal. *Portuguese Journal of Social Science*, 3, 191-209.
- Guerreiro, M. D., e Abrantes, P. (2007) *Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa: CITE
- Hendry, L., & Kloep, F. (2012) *Adolescente and adulthood: Transitions and transformations*. New York; Palgrave Macmillian.
- Levinson, D. (1986). A conception of adult development. *American Psychology*, 41, 3-13. <http://dx.doi.org/10.1037/000>
- Mayselless, O., & Scharf, M. (2003). From authoritative parenting practices to an authoritarian context: Exploring the person-environment. *Journal of Research on Adolescence*, 13, 427-457. <http://dx.doi.org/10.1046/j.1532-7795.2003.01304002.x>
- Mendonça, M., Andrade, C., e Fontaine, A. (2009) Transição para a idade adulta e adultez emergente: adaptação do Questionário de Marcadores da Adultez junto de jovens Portugueses. *Psicologica*, 51, 147-168.
- Nilsen, A. (1998). *Representações dos jovens acerca da vida adulta*. In Maria das Dores Guerreiro (Ed.), Trabalho, família e gerações: Conciliação e solidariedade (p.139-143). Lisboa: Celta Editora.
- Reitzle, M. (2006). The connections between adulthood transitions and the self-perception of being adult in the changing contexts of East and West Germany. *European Psychologist*, 11, 25-38. <http://dx.doi.org/10.1027/1016-9040.11.1.25>
- Santos, P.J., Ferreira, J.A., & Gonçalves, C.M. (2014). Indecisiveness and career indecision: A test of a theoretical model, *Journal of Vocational Behavior*, 85(1), 106-114. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jvb.2014.05.004>
- Sousa, F. (2007). *O que e "ser adulto": As praticas e representações sociais sobre o que e "ser adulto" na sociedade portuguesa*. Revista Moçambros: Acolhendo a alfabetizaçãonos países de língua portuguesa (p. 56-69). Consultado em Setembro 2010, <http://www.mocambras.org>.
- Tanner, J. (2006). *Recentering during emerging adulthood: A critical turning point in life span human development*. In Jeffrey Arnett & Jennifer Tanner (Eds.), *Emerging adults in America: Coming of the Age in the 21st century* (p.21-25). Washington: American Psychological Association.

Fecha de recepción: 19 de enero de 2016.

Fecha de aceptación: 7 de mayo de 2016.